Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso Especial
1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF
CORREIOS

Ano XVIII - nº 74
Junho/Julho de 2011

Guerreiros da Justiça

Garra, disposição e criatividade marcam a luta dos servidores em greve pelo reajuste salarial

A diferença do Brasil está no conviver com as diferenças

TT CATALÃO

A tradição, no sentido mais inventivo do povo brasileiro, se fortalece na ruptura e sustenta a essência no centro, embora as formas se multipliquem em muitos suportes, linguagens e sotaques

Os 80 anos de João Gilberto retomam nosso mais inventivo DNA: a capacidade de assimilar culturas, processá-las e recriar realidades originais, mesmo fruto de tantas influências. Com João foi assim. Não era só a batida diferente, quebrada ou em síncope sobre o samba tradicional, mas a harmonia de um violão mais acariciado que "tocado", a voz em sussurro (não havia a necessidade do "cantor dó de peito", com potência, para suprir a deficiência tecnológica dos microfones e amplificação deficientes), e as letras indicativas do novo papel da mulher, namorada, companheira e cortejada pelo homem romântico, diferente da fatal ou submissa dos anos anteriores a 1960.

O Brasil moderno consegue essa marca da diferença quando mais devora (no sentido antropofágico de Oswald de Andrade) o que vem de fora, digere e devolve. João e a Bossa Nova provocavam pueris reações dos puristas por ser "jazzísticos", enquanto nos EUA a crítica celebrava o Brasil pela "única inovação capaz de alterar a tradição do jazz". O nacionalismo estanque sempre teve dificuldade para reconhecer que a tradição fica mais forte quando longe da conservação mantida em uma bolha. A tradição, no sentido mais inventivo do povo brasileiro, se fortalece na ruptura e sustenta a essência no centro, embora as formas se multipliquem em muitos suportes, linguagens e sotaques.

CONTINUA NA PÁGINA CENTRAL

ANTONIO NEPOMUCENO*

A obra acima, intitulada *O pequeno protegido,* faz parte do livro *Reflexos do Tempo*, ensaio inspirado em poemas de Wilson Pereira. "A busca de uma linguagem própria e que se harmonizasse com o clima das poesias de Wilson exigiu um mergulho na memória; foi um trabalho quase autobiográfico", conta o artista. Com fotografias antigas e atuais, espelhos e desenhos infantis de sua neta Clara, ele criou fotomontagens que exploram temas como a memória e o tempo.

*Antonio Nepomuceno é fotógrafo amador e professor do Departamento de Engenharia Civil na Universidade de Brasília. Apaixonado por fotografia, faz parte do Fotoclube f508 de Brasília. Seu delicado trabalho tem se destacado no cenário brasiliense e em eventos nacionais como o festival Paraty em Foco. Recentemente uma das obras deste ensaio venceu o concurso de Fotopoesia da Publições Iara, em São Paulo.

Sindjus www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais
Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Cledo de Oliveira Vieira

Coordenadores de Administração e Finanças
Jailton Mangueira Assis
José Oliveira Silva
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
Antônio José Oliveira Silva
Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais
Eliane do Socorro Alves da Silva
José Joventino Pereira de Sousa
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer
Maria Angélica Portela
Orlando Noleto
Valdir Nunes Ferreira

CAPA: FOTO DE ISABELA LYRIO

Coordenação editorial:
Cynthia Borges

Edição:
Usha Velasco

Reportagem:
Fabíola Góis
Thais Assunção
Valéria de Velasco

Colaboradores:
TT Catalão
José Geraldo de Sousa Junior
Yuri Matsumoto Macedo
André Luis Macedo

Revisão: Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte: Usha Velasco

Tiragem: 15.000 exemplares

Sim, os servidores podem fazer mais pela Justiça

ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

"São cerca de 313 mil servidores, dos quais um pouco mais de 15 mil são togados. A expressão dos números dá uma medida do papel ativo que realizam os servidores não togados, podendo por isso ser caracterizados como verdadeiros atores políticos"

Com o título acima, da conferência de abertura, foi instalado o 6º Congresso do Sindjus, realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de maio. Participei da sessão inaugural, dividindo a mesa com Sheila Tinoco, que a dirigiu, Amarildo Oliveira, representando o diretor-geral do STF, e Roberto Policarpo, deputado federal e antigo coordenador-geral do Sindjus.

Na ocasião, lembrei a satisfação de ter participado, igualmente, do Congresso de 2001, cujo tema interpelante, formulado pelo Sindicato, foi saber se "é possível uma sociedade democrática com um Judiciário conservador". Responder a essa pergunta, no âmbito dos debates, valeu-me iniciar, então, uma colaboração editorial no espaço da revista do Sindjus, por meio desta coluna até hoje publicada.

A resposta então oferecida, que implicou recuperar o eixo participativo democratizante da Constituição Federal de 1988, foi, obviamente, não. Não é possível uma democratização plena da sociedade se uma de suas instituições essenciais se conserva como modelo instrumental resistente, porque ela se tornará obstáculo à própria mudança, característica de uma sociedade em permanente transformação, processo em que a luta pelo reconhecimento de direitos novos é a sua principal representação. Como anota o parágrafo segundo do artigo 5º da CF, "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros *decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados,* ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

No bojo daquela resposta, prefigurava-se a necessidade de o Judiciário recriar-se na forma e no agir democráticos, para não tornar a lei e a justiça verdadeiras promessas vazias. Recriar-se não apenas em relação à prática de seus agentes adjudicadores – os magistrados –, condicionados por sua peculiar formação jurídica e pelos limites de sua função social, mas pela necessidade de qualificar a atuação de todos os seus agentes institucionais – os servidores –, principais responsáveis pela função administrativa da prestação jurisdicional.

No 6º Congresso, sem perder aquela questão de vista, é importante marcar a dimensão fundamental que os servidores do Judiciário e do Ministério Público realizam, com o objetivo de concretizar a atividade jurisdicional e de fiscalização da aplicação das leis, de modo a dar efetividade às atribuições do Estado nesse campo, com eficiência e celeridade.

Embora se faça convergir o sistema para a ação do magistrado, e dele se cobre a responsabilidade plena decorrente dessa função, não é impróprio dizer-se aqui, relativamente ao papel do juiz na realização da justiça, o mesmo que Carl von Clausevitz afirmou, de um ponto de vista estratégico: "A guerra é questão séria demais para ser deixada à conta dos generais." Assim também a Justiça, cuja seriedade requer a participação de outros atores.

Basta ver, desde logo, a dimensão nacional do Judiciário, por meio de seus grandes números: cerca de 313 mil servidores, dos quais um pouco mais de 15 mil são togados e mais de 290 mil não são.

A expressão dos números dá uma medida da capacidade de intervenção operativa do papel ativo que realizam os servidores não togados, podendo por isso ser caracterizados como verdadeiros atores políticos. Aliás, isso mesmo foi lembrado na abertura, no discurso da direção da mesa, para reafirmar que o protagonismo dos servidores reveste a sua missão, na tríplice dimensão profissional, sindical e social, em algo mais que desempenho técnico, mas em atuação apta a constituir autêntica cultura de cidadania.

Esses atributos ressaltam da avaliação cotidiana do trabalho realizado pelos servidores, tornando disponíveis catálogos exemplares de boas práticas, como se pode constatar em repertórios à semelhança do Prêmio Innovare, promovido pelo Ministério da Justiça, com apoio de organizações sociais, chegando a configurar o que seus organizadores denominam de "reforma silenciosa da Justiça".

E o próprio Sindjus, com iniciativas parecidas, lembrando nesse aspecto o concurso que promoveu visando a colher novas ideias para a Justiça, tem valorizado a capacidade formuladora da sociedade e de seus associados, para a elaboração de propostas e projetos que contribuam para a democratização do acesso, a modernização da gestão e a ampliação da participação popular na sua realização.

Sim, com toda certeza, os servidores podem e fazem muito pela Justiça!

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

ARTHUR MONTEIRO

Citação de Freud aplica-se à greve: "A civilização se constrói com esforço, suor, um mínimo que seja de benevolência com o outro e espírito de coletividade"

AO LEITOR

O desafio da coletividade

ARQUIVO SINDJUS

Newton Brum
Coordenador de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas do Sindjus

No dia 29, abri o jornal e li a Crônica da Cidade, de Conceição de Freitas. Ela abordava os ataques de um leitor que, com "maldade irônica e asséptica", havia criticado outro artigo publicado no jornal. Este, de autoria do jornalista Sérgio Maggio, criticava a "limpeza social" – uma forma de se livrar dos pobres – proposta por moradores do Sudoeste.

Embora o tema seja relevante e o artigo de Conceição seja muito interessante, o que mais me chamou a atenção foi a seguinte passagem: "A civilização se constrói com esforço, suor, um mínimo que seja de benevolência com o outro e espírito de coletividade." Não era uma frase dela, mas uma citação de um livro de Freud, intitulado *O mal-estar na civilização.*

Civilização? O que é isso? Numa acepção contratualista, diz-se que a humanidade deixou de ser "selvagem" e passou a viver em sociedade. Ou seja, renunciou à barbárie e adotou um conjunto de regras que permite a convivência comum.

Enquanto lia o artigo e pensava sobre isso, fui transportado para a nossa realidade. Desde que começamos a lutar pelo plano de carreira, vejo,alguns colegas querendo proteger o que já têm ou tirar algo de outros colegas. Temos esvaziado um projeto coletivo em nome de interesses cada vez mais egoístas e individuais. Fazemos a opção pelo "meu" e depois, quando não conseguimos sucesso, culpamos o outro.

Gostamos de dizer que o outro deve fazer aquilo que nós deveríamos fazer. É mais fácil dizer que a "culpa é do TSE, que não fez a greve antes da eleição". Mesmo sabendo da decisão judicial que determinou que 80% dos servidores trabalhassem. Ou culpar Policarpo pelo fim da greve antes do PL ser votado, mesmo sabendo que isso foi decidido em assembleia.

Ou, ainda, usar o argumento, com a mesma maldade irônica e asséptica, de que a greve acabou porque Policarpo era candidato. Sou servidor do TST e posso falar do que acompanhei: já tínhamos decidido voltar a trabalhar de qualquer forma. O anúncio do acordo entre Peluso e Lula foi um alívio para as consciências.

Em outra passagem de seu artigo, Conceição de Freitas diz: "O esvaziamento dos projetos coletivos de sociedade nos transformou em uma espécie narcísica, que não renuncia a nada, que rejeita os diferentes." Parece até que ela está escrevendo sobre nós!

É preciso lembrar que somos parte, não testemunhas desse processo. Temos um importante instrumento de luta: o sindicato. Mas só a partir da nossa mobilização, da nossa participação e do nosso ativismo poderemos criar as condições necessárias para que façamos parte, de fato, de uma carreira – uma carreira que atenda às demandas de todos aqueles que a integram, sem qualquer discriminação.

Afinal, técnicos, auxiliares, agentes de segurança, oficiais de justiça, analistas da área meio e da área fim compõem o mesmo quadro de servidores que atuam no Judiciário e no Ministério Público. Precisamos ter isso em mente com bastante clareza, mesmo que o espírito narcisista diga o contrário.

"Em outra passagem de seu artigo, Conceição de Freitas diz: 'O esvaziamento dos projetos coletivos de sociedade nos transformou em uma espécie narcísica, que não renuncia a nada, que rejeita os diferentes.' Parece até que ela está escrevendo sobre nós!

Fôlego para a luta

Grevistas mostram disposição e bom humor nas manifestações pelos PLs 6613 e 6697

Apesar da indignação pelos cinco anos sem reajuste, as manifestações dos servidores do Judiciário e do MPU foram marcadas pelo bom humor. Nos atos e assembleias de maio, junho e julho, antes e durante a greve, eles esbanjaram criatividade e disposição. Ao lado dos tradicionais apitos, buzinas e bandeiras, surgiram balões coloridos, narizes de palhaço, perucas, chapeuzinhos de aniversário e indumentária junina (veja fotorreportagem nas p. 8 a 15).

A criatividade dos grevistas rendeu também peças como os três macaquinhos (ao lado), criada por servidores do TSE, e vários tipos de alfinetadas no presidente do Supremo, César Peluso – inclusive uma grande tartaruga gigante que se arrastou pela Esplanada e pela Praça dos Três Poderes. Não faltou quem caísse no samba com o batuque do Barakessã, grupo de ritmistas que animou vários dos protestos nos tribunais, na PGR e no STF. E, por sugestão de uma servidora, cerca de 100 manifestantes doaram sangue

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Alfinetadas em Peluso: reação contra a inércia da cúpula do Judiciário

ISABELA LYRIO

no Hemocentro, no dia 27/6, no ato batizado de "Grevista Sangue Bom".

O fôlego dos servidores foi vital para garantir os primeiros 45 dias da greve, a maior da história da categoria. E será ainda mais importante nos dias que se seguem. "Agora, mais do que nunca, precisamos da participação intensa de todos para garantir a vitória", disse o coordenador-geral do Sindjus, Berilo Leão, ao se referir à luta pela aprovação dos PLs 6613 e 6697 no desfavorável cenário de arrocho salarial que marcou o início do governo da presidenta Dilma Roussef.

A insatisfação é geral: a categoria se sente traída pelos chefes do Judiciário e do MPU. Nenhum deles se moveu para cobrar do governo o trato firmado com Lula: aprovar o reajuste depois das eleições.

Nem mesmo a defasagem salarial em relação a carreiras semelhantes nos poderes Executivo e Legislativo (veja quadro), motivo de uma evasão que ameaça sucatear os quadros da Justiça, foi suficiente para fazer com que Peluso assumisse seu papel de negociador junto ao governo e chegasse a um acordo capaz de garantir o reajuste e dar fim à greve.

Diante disso, a conclusão é uma só. "A categoria tem que se impor. Essa é a nossa única alternativa: pressionar o governo e os parlamentares até que os projetos voltem a caminhar no Congresso", afirmou o coordenador do Sindjus Cledo Oliveira, ao se referir à série de atos promovidos pelo sindicato na Câmara, exigindo dos parlamentares a aprovação do relatório do deputado Policarpo ao PL 6613.

O relatório traz três emendas para garantir a equiparação salarial dos servidores por meio do reajuste da GAJ e GAMPU, elaboradas pelo deputado de acordo com os parâmetros votados pela categoria durante o 6º Congresso do Sindjus, em 27 e 28 de maio. Policarpo, que assumiu a relatoria do PL na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara no final de abril, apresentou também emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para incluir os valores do reajuste dos servidores do Judiciário e do MPU no orçamento da União.

EQUIPARAÇÃO

Uma bandeira mais que justa

Salários iniciais e finais, em R$ ao mês

Gente que FAZ

Protagonistas de uma cultura em construção – a cultura da cidadania. Assim se afirmaram, mais uma vez, os servidores do Judiciário e do Ministério Público. Com a mesma dedicação e garra com que garantem o funcionamento da Justiça, eles foram às ruas em defesa do reajuste salarial emperrado no Congresso desde 2009. Esta fotorreportagem homenageia a força, o empenho e a criatividade desses bravos lutadores.

ARTHUR MONTEIRO 1

CARLOS ALVES 2

ARTHUR MONTEIRO 3

Nariz de palhaço (1) virou moda nas manifestações, assim como os apitos e panelas para chamar os colegas à greve (2 e 3). Na passeata da PGR ao STF, em 25/5, centenas de servidores dão o recado: a paciência acabou e nós vamos à luta (4)

ISABELA LYRIO

4

5

FOTOS ARTHUR MONTEIRO

6

7

Ato no STF: protesto em família (5). Vigília no TSE na noite de 31 de maio: samba e alegria à luz de velas (6 e 7). Atos nos dias 24 e 25: servidores marcam presença na Praça dos Três Poderes (8, 9 e 10)

ISABELA LYRIO

8

ISABELA LYRIO

9

10

ARTHUR MONTEIRO

11 ARTHUR MONTEIRO

12 CARLOS ALVES

ARTHUR MONTEIRO

13

ISABELA LYRIO

14

ARTHUR MONTEIRO

15

Em passeata, servidores saíram da PGR (12) e foram até o Planalto, onde buzinaram para chamar a atenção da presidenta (11). "Arrastões", protestos e piquetes foram até as Varas da Infância (13), o Ministério do Planejamento (14) e o STF (15)

16

FOTOS ARTHUR MONTEIRO

Maio e junho foram meses agitados na Praça dos Três Poderes, palco de uma série de manifestações (16 e 17) e de assembleias gerais dos servidores (18). O MPU não ficou de fora e surgiram até apitos gigantes (19). No dia 26/5, uma grande passeata ocupou a Esplanada e chegou ao Ministério do Planejamento (20)

17

18 ISABELA LYRIO

19 CARLOS ALVES

20 ISABELA LYRIO

Projeto social recruta voluntários entre jovens e adolescentes que, nos finais de semana, assumem o papel de pedreiros e pintores

Com as mãos na massa

Deniza Gurgel

O que levaria jovens e adolescentes a abrir mão das "baladas" com os amigos no final de semana em troca de assumir tarefas duras, com muito suor e trabalho braçal? A resposta é simples: trabalho voluntário para ajudar o próximo. É o que fazem os jovens do SuperAção, um dos projetos sociais da ONG Sonhar Acordado.

A coordenadora do projeto, Suzelayne Azevedo, acredita que cada pessoa tem suas motivações para contribuir. "Cada um tem um estímulo que o impulsiona para o trabalho social. Quando ingressam na ONG, os voluntários analisam o perfil

ARTHUR MONTEIRO

Suzelayne: "Esse trabalho faz mais bem aos voluntários do que às crianças"

CONTATO

Quem quiser se engajar no serviço voluntário da ONG Sonhar Acordado pode entrar no site www.sonharacordado.org.br/brasilia ou mandar um e-mail para voluntarios.brasilia@sonharacordado.org.br

dos programas e escolhem aquele com o qual se identificam mais", conta. "Normalmente as pessoas que se interessam pelo SuperAção são aquelas que gostam de desafios, de trabalho em equipe e são proativas", completa Suzy, como é conhecida pelos colegas.

Suzy é bibliotecária, cresceu na Ceilândia e conheceu a ONG em 2006. Ela coordena o projeto SuperAção há um ano. "Acredito que a motivação comum que existe no grupo é que todos acreditam no impacto social positivo de cada ação realizada na comunidade atendida", explica ela. "Dessa maneira é possível transmitir a mensagem da união, da cooperação e da solidariedade. São esses valores que queremos incutir nos corações de nossos voluntários e dos beneficiados", conclui.

O Sonhar Acordado é uma ONG internacional fundada em 1998 em Monterrey, no México. A iniciativa partiu de um grupo de jovens que desejava fazer algo pelo próximo com a participação da juventude. O projeto chegou ao Brasil no ano 2000 e reúne voluntários, estudantes e profissionais de diversas áreas.

Além do SuperAção, que começou a funcionar em Brasília em 2004, a ONG também tem os projetos Amigos para Sempre, Dia do Sonho, Sonhando Juntos e Preparando para o Futuro. "Uma das coisas que me atraiu foi essa diversidade de projetos. Tem sempre um que combina com a pessoa e com o ritmo de vida que ela leva. O importante é ajudar", explica Suzy.

Este ano o grupo de voluntários do SuperAção já fez duas mobilizações para ajudar a creche Criança Cidadã, no Varjão. Como resultado, as cinquenta crianças atendidas agora contam com um ambiente adequado para estudar e brincar.

A primeira ação aconteceu nos dias 19 e 20 de março. O grupo se mobilizou para criar um ambiente multieducativo. Depois de lixar, pintar, enfeitar paredes e montar móveis, os jovens transformaram uma sala de aula sem atrativos em um ambiente divertido e multifuncional, que pode ser usado como hemeroteca, sala de estudo, cantinho da leitura e um pequeno laboratório de computação. Tudo isso feito pelos voluntários, com material que eles mesmos arrecadaram.

A segunda ação aconteceu nos dias 16 e 17 de abril e montou o berçário da creche, que agora conta com uma espaço iluminado, berços pintados e reformados, carrinho de bebê, kit de higiene e DVDs infantis.

Mas Suzy acredita que os resultados dos projetos sociais vão muito além dos benefícios materiais para a comunidade. "O que mais me atrai é a possibilidade de transmitir valores. No lugar onde eu cresci, vi muita gente se perder na vida porque não tinha ninguém para os orientar. Tenho conhecidos que se envolveram com drogas, com prostituição, que se deterioraram. Eu mesma poderia ter tido uma vida assim, se meus pais não tivessem me passado os valores que tenho hoje. É essa bagagem que eu quero transmitir para as crianças, que muitas vezes se veem sem perspectivas de futuro", conta ela.

Enquanto isso, o projeto não para. Os planos para este ano incluem reformas, mobilizações sociais e assistência a comunidades carentes em várias áreas. Uma das atividades reunirá voluntários em estética, como cabeleireiros, manicures e maquiadores, para fazer um "mutirão de beleza" para mães e filhos da creche Criança Cidadã. Também está previsto o projeto "Um sonho de sorriso", com tratamento odontológico às crianças das oito instituições beneficiadas pela ONG.

A agenda dos projetos mostra que ser voluntário não é brincadeira. "Nós ficamos exaustos, mas também muito gratificados", conta Suzy. "Sempre saímos das ações com um sorriso no rosto e uma sensação de dever cumprido. Acho que, no fim das contas, esse trabalho faz mais bem aos voluntários do que às crianças", conclui a coordenadora.

ARQUIVO SONHAR ACORDADO

Jovens em ação: reforma das paredes e móveis revitaliza a creche. Eles mesmos arrecadam o material

Peso na consciência

Yuri Matsumoto Macedo formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.

FOTOS: ROBERTO RIBEIRO STUDIOS

André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDFT, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APB).

Neste espaço, os psiquiatras Yuri Matsumoto Macedo e André Luis Macedo publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Vivemos atualmente em um momento de grandes exigências sociais, e nos sentimos obrigados a ter riqueza, poder, elegância, felicidade plena... E, sobretudo entre as mulheres, beleza. Apesar de todas as conquistas femininas, pouco se consegue dos quesitos anteriores se a pessoa não se curvar à ditadura da beleza. Nada parece ser suficiente sem beleza. E a moda atual dita que bela é aquela que é lânguida como suas ídolos, esbelta, magra – aliás, magérrima.

Aqui começa uma classe de doenças chamadas de transtornos alimentares. No meio artístico, onde a beleza e a perfeição se impõem ainda mais como fatores de sucesso, muitos nomes já admitiram ter ou ter tido um transtorno alimentar: Lady Di, Kate Moss, Alanis Morrisette, Jane Fonda, Débora Evelyn, Victoria Beckham, Elton John…

Os transtornos alimentares afetam em sua maioria mulheres de 12 a 35 anos, mas podem ocorrer em qualquer faixa etária e também em homens. Frequentemente seus portadores não reconhecem ter um problema de saúde. Eles se preocupam exageradamente com a alimentação, peso e forma corporal, além de serem muito críticos em relação ao corpo. Hoje sabemos que pode haver também algum componente de hereditariedade e de problemas familiares nesse tipo de transtorno, não se tratando apenas de uma escolha ditada por padrões sociais.

Os principais tipos de transtornos alimentares são a anorexia nervosa e a bulimia nervosa. Na anorexia nervosa as pacientes apresentam um medo enorme de engordar, mesmo já estando com o peso abaixo do normal. A imagem que o portador tem de seu corpo é alterada. Para obter o que desejam – perder mais peso – fazem restrições alimentares ou usam métodos para "compensar" o que comem, como usar laxantes, fazer exercícios e vomitar. Essas restrições alimentares e compensações causam distúrbios severos e até mesmo a morte. Anemia, interrupção da menstruação, osteoporose, desnutrição, constipação intestinal, peles e cabelos quebradiços, depressão, apatia, queda da pressão arterial e da temperatura são alguns dos efeitos.

A bulimia nervosa é um transtorno que leva as pacientes a ingerirem maiores quantidades de alimento em intervalos de tempo mais curtos, se comparadas a outra pessoa de mesmo tamanho e idade. Muitas vezes comem alimentos gelados, sem mastigar, sem sentir o sabor; comem até sentir dor no estômago ou ficarem exaustas, e depois vão dormir. Também ocorrem compensações, como vômito, uso de laxativos e exercícios físicos. Na bulimia as portadoras sentem vergonha de seus hábitos alimentares, costumam ingerir a comida de forma escondida, e por isso leva tempo para

que sejam descobertas. O peso pode ser normal ou acima do normal. As complicações mais comuns são constantes inflamações de garganta, enfraquecimento dos dentes, mau hálito, problemas intestinais e renais, causados pelo uso de remédios, e aumento das glândulas parótidas.

Dada a grande incapacidade das portadoras de transtornos alimentares se perceber realmente doentes, assim como sua imagem corporal alterada, é comum encontrar círculos de amigas na internet promovendo dias de NF e LF (No Food e Low Food), recomendando "dietas de emergência" para perder muitos quilos em um único fim de semana, fazendo uso de "pulseirinhas pró-ana" e estimulando outras mulheres a chegar aos "tão sonhados 40 quilos" por meio da restrição e das purgações de alimento. Os nomes ANA e MIA são utilizados como codinomes para Anorexia e Bulimia.

O tratamento dos transtornos alimentares deve envolver uma equipe com diversos profissionais. Casos graves podem demandar internação, para evitar a morte da paciente. É necessária a prescrição de medicamentos, a recuperação da autoestima e da autoimagem e o ajuste da alimentação, que devem ser feitos respectivamente pelo psiquiatra, psicólogo e nutricionista. Junto com o apoio e a compreensão familiar, é possível ajudar o portador a ter uma vida em que os valores não passem exclusivamente pelo peso ou forma corporal.

ESPELHOS DISTORCIDOS • Depoimentos

"Pensava que o soro engordava"

Com 12 anos, 1,60m de altura e 49kg, me achava gorda e tinha vergonha da minha barriga. Comecei a fazer um regime 'básico' e me exercitar. Com 13 anos pesava 36kg e ainda me achava gorda. Fazia de uma a duas horas de exercício seis vezes por semana. (...) Sem perceber tinha me afastado de todos meus amigos, chorava muito e tinha vontade de morrer. Me sentia tonta e minha mãe resolveu me levar no médico. Ele receitou que três vezes por semana fosse ao hospital tomar soro. Me levavam à força (...). Com isso comia menos ainda porque pensava que o soro engordava. Com 32kg, minha mãe desesperada descobriu que eu estava vomitando. Foi quando descobrimos a Dra. X. Com 30 kg e muito desnutrida ela queria me internar porque estava com anorexia nervosa.[1]

"Não desejo a vida que eu levo a ninguém"

Fui modelo um tempinho, mas depois de um acidente (...) fiquei um bom tempo numa cadeira de rodas, passei do 55kg para os 115kg. Já cheguei a 80kg, mas por causa de compulsões engordei de novo. Quando eu era modelo, começei com a ANA, não por moda nem nada, nem sabia que isso era ANA. Cheguei a pesar 50kg para um desfile. A MIA veio depois da obesidade, e ao todo são quase seis anos de tudo, junto com a depressão. Não desejo a vida que eu levo para ninguém.[2]

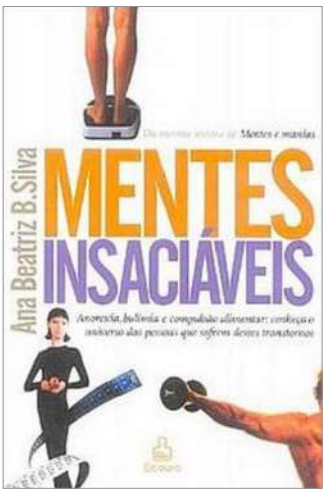
"O que mais me apavora é a morte"

Quando fiz intercâmbio na Inglaterra, minha colega brasileira era fissurada em forma física. Dietas, exercícios, remédios. Passei a me achar gorda e segui o exemplo dela. Enganávamos nossa mãe inglesa, mal comíamos e dávamos fim na comida. Fui diminuindo toda a alimentação, fazia exercícios até não poder mais, minha cabeça só pensava nisso. Voltando ao Brasil continuei me achando gorda e mesmo com 39 kg e manequim 34 achava minhas coxas muito gordas. (...) Não menstruava e achava encanação da família que se intrometia na minha vida. Não saía mais com amigas, usava roupa larga para não me encherem a paciência e não queria saber de ouvir sermões. Um dia, soube de uma terrível notícia: minha colega de intercâmbio cometera suicídio! (...) Com medo de morrer, fui para um tratamento psicológico. Estou com 17 anos, tenho 1,60m e peso 41kg. Não está sendo fácil mas acho que vou conseguir. O que mais me apavora é a morte, mais que o medo horrível de engordar.[1]

Fontes: [1]http://umespelhocego.blogs.sapo.pt; [2]http://xanacarolinax.blogspot.com

PARA SENSIBILIZAR

"Esta fotografia é o horror. Mas o objetivo é chocar para sensibilizar", disse a modelo e atriz francesa Isabelle Caro, ao posar para campanha da grife No-l-ita. Isabelle morreu no ano passado, aos 28 anos, após uma longa batalha contra a anorexia. Media 1,68m e pesava 31 quilos. Sua mãe cometeu suicídio dois meses depois.



LEITURA

Mentes Insaciáveis
Dra. Ana Beatriz B.Silva
Ediouro, 1ª ed., 2009
276 páginas

Com depoimentos intercalados por explicações, o livro fala sobre bulimia, anorexia e compulsão alimentar, seus diagnósticos e os tratamentos e acompanhamentos adequados.

João Gilberto

O toque de classe

Qual é a modernidade que queremos? Precisamos definir se criamos um crescimento com justiça social e qualidade de vida para muitos ou queremos ser só o top dos números fabulosos onde o preço do tal Primeiro Mundo resulta em dor, exclusão, miséria e achatamento cultural. As dicas do moderno em João Gilberto nos dão pistas para essa nova dança

TT CATALÃO

NA BATIDA DE JOÃO inauguramos um Brasil moderno exatamente por não desprezarmos a tradição. Ousadia e ginga na surpresa da arte. Sobra isso em João Gilberto e não lhe faltam informações: misturou a música popular urbana dos cantores de rádio mais o jazz, algumas doses de Stravinsky, minimalismo de Satie, a marcação do samba no quebrado dos intervalos dos cantos de Candomblé e um dengo baiano sem tamanho. Tudo na mistura certa para receber o mestre-maestro Jobim (também inovador na melodia e harmonias) e a voz primeira da divina dama Elizeth Cardoso (a primeira a sacar as divisões do violão de João).

ASSIM A CULTURA MOSTRA AO BRASIL os caminhos de "ser grande": biodiversidade extrema, diversidade cultural e generosidade radical. O país pode ter recaídas no autoritarismo, pode empacar no retrocesso quando perde o fio da história: um país mestiço tem o valor da sabedoria que nos ensina, todo dia, a conviver com as diferenças. Imaginemos esta raiz base do amor projetada em um plano coletivo. Seria cumprir a utopia dos positivistas que queriam AMOR na bandeira nacional.

ANDAMOS SEMPRE NO FIO da sedução entre a onda das novidades efêmeras (consumo fast-food à flor do apelo) e a fruição do mais denso, no início até menos palatável, para curtir com mais tempo e por mais tempo um produto cultural. Nesse atropelo João Gilberto vem de mansinho e mostra que a erudição está na melhor síntese. O simples só é simples para quem tem o gênio do processamento rápido. João fez a tal "bateria de Escola de Samba" em poucos acordes. Contribuiu com sua arte para o Brasil de hoje assumido na posição acentuada de novo líder emergente. Dobrou a dificuldade em aliança. Não aceitou o mais do mesmo. Disse não, para criar alternativas. Lidou com a tradição para ser vanguarda. A velocidade com que o novo de laboratório é imposto pelas ditaduras de mercado cria esse volátil "gosto médio". Nem bem engoliu já é cuspido, eis a tragédia da celebridade pré-fabricada.

A OBSESSÃO PELO PÓDIO cria armadilhas. Países aceitam atalhos para acumular riquezas, não para produzi-las. Vejam a balela do agrobusiness que legitima a devastação por este "novo" Código Florestal e alimenta o PIB na ilusão do "somos grandes". Soja é na verdade exportação de água (esta sim uma *commodities* caríssima) e semente de desertos. Boi e transgênicos só geram mais riquezas para as grandes fortunas. A ideia do "Brasil potência", ou "grande", na lamentável ditadura militarista nos deu um ranço paroquial e ufanista que se afirma pela economia ou pela tecnologia. O cultural e o ambiental são de difícil percepção para os adeptos das velhas soberanias do mundo atual falido, em colapso e esgotado como perspectiva de recursos.

QUAL É A MODERNIDADE QUE QUEREMOS? Precisamos definir se criamos um crescimento com justiça social e qualidade de vida para muitos ou queremos ser só o top dos números fabulosos onde o preço do tal Primeiro Mundo resulta em dor, exclusão, miséria e achatamento cultural. As dicas do moderno em João Gilberto nos dão pistas para essa nova dança. Veja como suas interpretações não envelhecem. Como tirava partido dos parcos recursos de gravação. Como traduziu a intimidade das quatro paredes (cantar em apartamento de madrugada é proibitivo até hoje) na sua música suave e ao mesmo tempo contundente.

A QUESTÃO NÃO É O VOLUME, mas a intensidade. Não é a potência da voz projetada, mas o quanto ela sussurra ao coração. Não é a marra do "cheguei", mas a presença discreta que cresce devagar até se tornar a própria cena. E o melhor: nenhum preconceito. Marca João seu doce carinho por tudo que lhe toca. Ninguém entendia a paixão entre o senhor engravatado e a tribo maravilhosamente talentosa e alucinógena dos Novos Baianos. Longas madrugadas de João no sítio em Jacarepaguá deixaram nuances no swing baiano. Tais contatos revelados, um breve exemplo, na obra prima "se eu não tivesse com afta até faria uma serenata pra ela" (*in* Vagabundo não é Fácil) e muitas outras. Sem falar nas eternas ligações telefônicas de audiências que se perderam no éter. Se João fosse suspeito de subversão seria o único momento em que um hodierno grampo seria louvado.

O QUE O JOÃO NOS ENSINOU é que o desafinado, longe de desafiar o coro dos contentes, tem um papel simbólico na vida brasileira: mostra o quanto a cultura profunda, além das artes, define o caráter de uma nação. Nem sempre exalta ou explica o país, ou serve como panfleto para mudar a vida, mas sempre servirá para entender o quanto a biodiversidade da natureza brasileira também se revela em sua orgânica arte, sempre em mutação, sempre transformando, sempre mexendo no caldeirão para fazer das misturas o sabor que celebra as benditas diferenças que nos unem e ungem. Hoje continuamos nessa febre de afirmação (natural quando se cresce). Desejamos ser modernos ou, principalmente, aparentar modernidade. Na verdade sempre fomos. Pela sofisticação da colagem. Pela erudição dos contraditórios. Pela resposta inusitada ao imprevisível.

Para que serve uma arma?

Massacre na escola de Realengo sacode o país entorpecido com a rotina dos crimes diários e traz de volta a discussão sobre o desarmamento

Valéria de Velasco

A sequência de fotos e documentos cuidadosamente guardados em um álbum que a servidora pública Maria Alice Gonçalves de Rezende protege como uma relíquia em sua modesta casa, no Guará, mostra os passos da filha Grasiela Gonçalves de Rezende desde que a menina abriu os olhos pela primeira vez, em um hospital público de Brasília. Grasiela bebê, com os avós. Nos braços dos padrinhos, durante o batizado, no crisma. Na escola, sorridente. Feliz, ao lado das irmãs, Fernanda e Patrícia. Nos ensaios fotográficos, quando estreou na carreira de modelo.

Maria Alice e Grasiela: "Pra mim, foi ontem"

O álbum e a saudade que não tem dia para acabar são o que restou da filha caçula da goiana Maria Alice, funcionária de uma escola-classe de Taguatinga, e do marido, o mineiro de Campos Altos José Raymundo Rezende, que chegou a Brasília em 1957, antes mesmo da inauguração, em busca do sonho que Juscelino Kubitschek espalhou por todos os cantos do país. Um tiro no coração da moça bonita e alegre, disparado pelo namorado, dentro da casa dele, no Guará, acabou com tudo, em poucos segundos, no dia 14 de agosto de 2001.

"Fui sendo empurrada pela situação, desde esse dia. É um nó na garganta que nunca se desfaz. Pra mim, foi ontem", resume Maria Alice. O desabafo da mãe de Grasiela, quase dez anos depois da tragédia que mudou a vida da família, é muito semelhante a milhares de outros, como o do designer gráfico Francisco Régis, que perdeu o irmão em 1999 (veja box). E ocorre no momento em que o país traz de novo à tona o debate sobre o desarmamento, sob o choque do brutal assassinato a tiros de doze adolescentes da Escola Tasso da Silveira, em Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro. Uma discussão que não poderia ter sido abandonada, um problema que não pode ser jogado para debaixo do tapete, como mostram os registros de tragédias que deixaram famílias como a de Maria Alice para sempre "com um nó na garganta".

FOTOS: CARLOS ALVES

Francisco Régis e a mãe, Fátima, com a foto de Maurício: "vítima da fragilidade da lei e da impunidade"

"Não adianta nada nos rendermos às cercas elétricas, carros blindados... Enquanto tivermos milhões de armas em circulação, todos estaremos desamparados"

Francisco Régis, designer gráfico e presidente do Comitê Nacional de Vítimas de Violência (Convive)

DEPOIMENTO

Meu irmão

Francisco Régis Ferreira Lopes*

"Temporão, caçula, rapa do tacho, além de irmão, Maurício tinha um quê de filho também. Foi o primeiro recém-nascido que vi na vida (eu tinha 17 anos). Maurício foi um farol em nossa família. Certa vez acordei cedo e pensei ir vê-lo no berço, despertando. Qual foi a minha surpresa ao me deparar com toda a família fazendo o mesmo... Foi uma cena mágica. Imaginei: como deve ser feliz essa criança!

Adorei passear com meu irmão em parques, levá-lo a festas, comprar-lhe presentes de aniversário, Natal, Dia da Criança... Eu o vi crescer, se tornar adolescente, um rapagão! Maurício trabalhava em meu escritório. Era parceiro, amigo, irmão, dividíamos trabalhos, sonhos, segredos, risos, muitos risos.

Maurício morreu porque ousou exercer sua liberdade. Naquele fim de tarde, ele estava embaixo do bloco com amigos. O assassino anunciou o assalto e mandou entregar a bicicleta. Ele já estava descendo para entregá-la quando levou dois tiros à queima-roupa, no peito. Como foi difícil acreditar nisso!

Após o enterro, visitei o local onde ele foi morto. Meu peito ardia, difícil explicar... Acabou a nossa luz. Minha família nunca mais foi a mesma. Meu irmão passou a ser um número, mais uma das 41.950 vítimas de homicídios ocorridos em 1999. Foi vítima da fragilidade da lei e da impunidade. Qualquer um pode comprar uma arma.

Não entendo por que as pessoas acreditam que uma arma garante segurança. A segurança deve ser tratada como uma questão de prevenção, de educação, de investimento em políticas públicas de garantia do direito à vida. Deve envolver toda a sociedade. Não adianta nada nos rendermos às cercas elétricas, carros blindados... Enquanto tivermos milhões de armas em circulação, todos estaremos desamparados."

Facilidade para matar

Nessa primeira década do novo milênio – que para Maria Alice foi "como se não tivesse passado" – o número de famílias brasileiras que sofreram o trauma de um assassinato se manteve acima de 47 mil: foram 51.043 mortes em 2003, 48.374 em 2004, 47.578 em 2005. O número passou de 50 mil em 2008, ano em que o país registrou o recorde de 137 assassinatos por dia – uma taxa de homicídios de 26,9 por 100 mil habitantes, que empurrou o Brasil para o sexto lugar no *ranking* dos países mais violentos. Os dados estão registrados no *Mapa da Violência 2011 – Os jovens no Brasil*, realizado pelo Instituto Sangari em parceria com o Ministério da Justiça.

PERIGO

27 mil

armas foram roubadas dentro de residências em 2003, ano em que o número de homicídios passou de

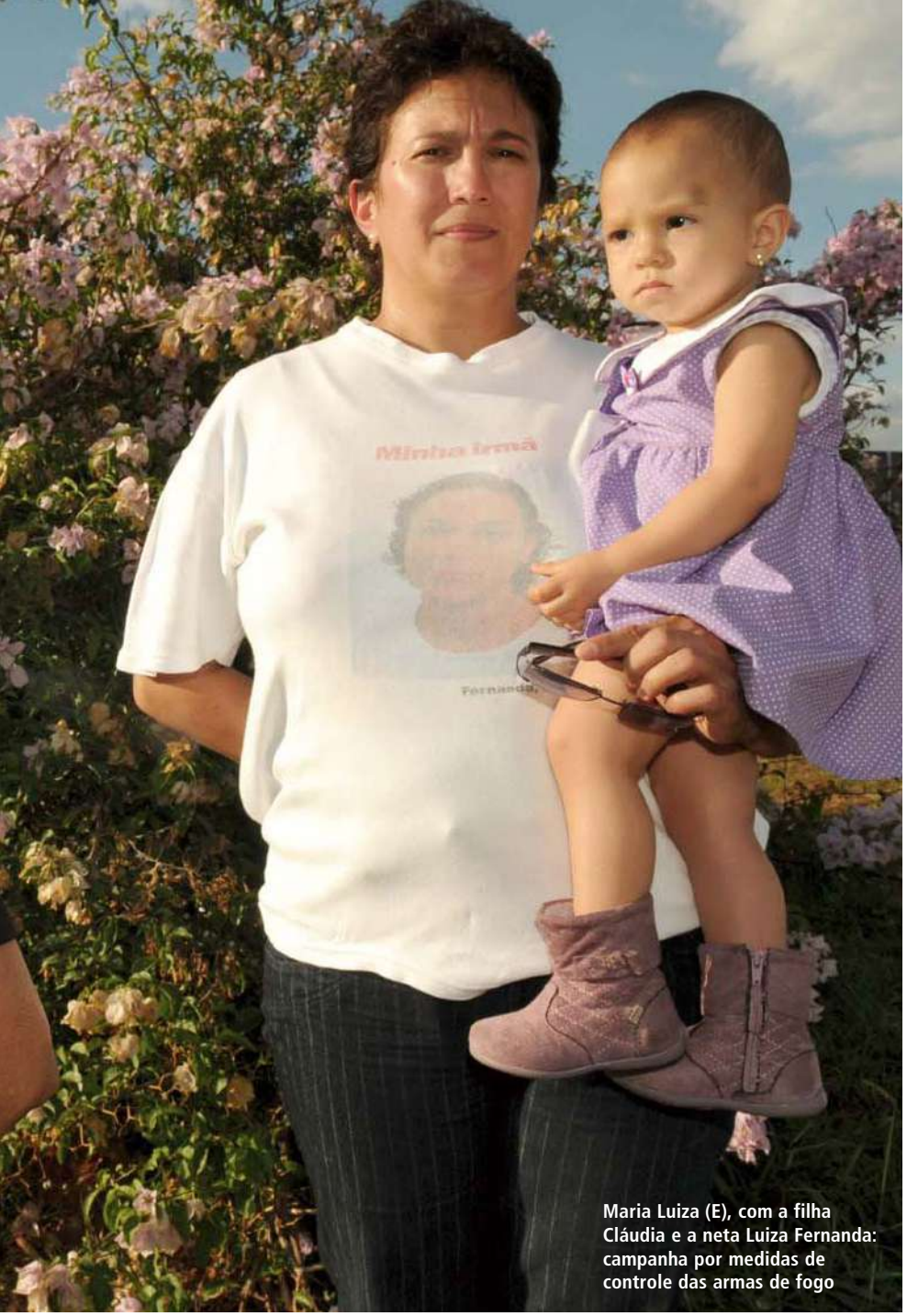
51 mil

O índice de 26,9 é mais que o dobro do limite de 10 por 100 mil estabelecido pela Organização Mundial de Saúde. A situação do país que ultrapassa essa barreira, segundo a OMS, é de uma epidemia que não foi ainda registrada nos livros de medicina, mas que está levando cada vez mais brasileiros às ruas portando cartazes, faixas e camisetas com fotos de suas vítimas – a epidemia da violência. A maioria é gente na faixa da idade de Grasiela, jovens entre 15 anos e 24 anos, como revela o Mapa da Violência.

As pesquisas que reacenderam a discussão sobre o desarmamento apontam o uso de armas de fogo em mais de 70% do absurdo total de assassinatos cometidos no país a cada ano.

No estudo *Homicídios por armas de fogo no Brasil*, publicado um ano antes da tragédia de Realengo, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) já avisava que o "alarmante uso de armas de fogo cresce no Brasil a cada ano, demonstrando a força do tráfico e o fácil acesso às armas no país, mesmo depois da promulgação do Estatuto do Desarmamento". Essa facilidade armou as mãos do assassino da jovem Grasiela com um revólver .38, de fabricação nacional, e levou a família a engrossar o coro dos milhares de brasileiros que foram às ruas lutar pela aprovação do Estatuto, em 2004 (veja quadro na p.27).

A facilidade de comprar armas e munição foi a mesma concedida aos quatro bandidos que tiraram a vida dos jovens Fernanda Braga e Jean Dias, sequestrados ao sair de uma festa no Gama, no estacionamento da Administração Regional, e mortos com apenas um projétil, em 20 de dezembro de 1998. Bastam três reais no bolso para comprar a munição capaz de acabar com a vida de dois jovens de uma vez só. A mãe de Fernanda, Maria Luiza Braga, e as filhas, Cláudia e Heroneida, também transformaram o luto em luta e mergulharam nas campanhas por medidas de controle das armas. Sete anos depois de comemorar a aprovação do Estatuto do Desarmamento, no entanto, a família acompanhava, estarrecida, a imagem chocante dos pais em busca dos corpos de seus



Maria Luiza (E), com a filha Cláudia e a neta Luiza Fernanda: campanha por medidas de controle das armas de fogo

CARLOS ALVES

filhos na escola do Realengo.

A tragédia revivida pelos olhos cansados de Maria Alice e Maria Luiza confirma que é preciso restringir o acesso às armas de fogo. Na última década, essa necessidade foi exaustivamente exposta por especialistas e defensores de uma política de controle de armas para prevenção da criminalidade e proteção da vida. O país já tem uma lei para isso – o Estatuto do Desarmamento. Mas ela não está sendo cumprida.

Considerado rigoroso, o Estatuto determina que para adquirir uma arma o comprador precisa ter mais de 25 anos, comprovar real necessidade, equilíbrio emocional, aptidão psicológica e idoneidade. Precisa também registrá-la no Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal.

A lei também proíbe o porte de armas. Com isso, quem consegue o registro não pode circular armado. Mas sem fiscalização e controle, o comércio corre solto e qualquer pessoa consegue facilmente adquirir uma arma em qualquer canto do país. "O massacre de Realengo só aconteceu porque o criminoso teve total facilidade para comprar armas e munições", avalia o coordenador da Rede Desarma Brasil no Distrito Federal, Everardo Lopes.

Entregando o ouro ao bandido

Uma das armas utilizadas pelo assassino de Fernanda foi roubada de uma residência, exatamente como ocorre com a esmagadora maioria das armas nas mãos de criminosos. Somente em 2003, de acordo com a Polícia Federal, foram roubadas de residências 27 mil armas, no Brasil, confirmando que bandido não compra arma em loja.

Os assassinatos dos três jovens brasilienses e o massacre dos pequenos estudantes cariocas também confirmam os estudos do sociólogo Antônio Rangel Bandeira (leia entrevista na próxima página) e da cientista social Josephine Bourgois, no livro *Armas de fogo, proteção ou risco?,* uma espécie de guia com 100 perguntas e respostas, lançado em 2005, durante a campanha do referendo que decidiria sobre proibir ou não o comércio de arma de fogo no país.

Rangel e Josephine Bourgois recorrem a pesquisas do Instituto de Estudos da Religião (Iser), em parceria com o Viva Rio, para derrubar o mito de que a ameaça à vida dos brasileiros "são as armas estrangeiras de cano longo e automáticas, contrabandeadas". A falta de pesquisas, explicam, permitiu que esse mito, espalhado pelo *lobby* da indústria de armas, se popularizasse. O Iser, segundo eles, "avaliou 223.584 armas apreendidas no Rio de Janeiro, entre 1950 e 2003, e mostrou que 76,59% delas são brasileiras, 80% são revólveres e pistolas, e 63% foram fabricadas pela Taurus e Rossi, no Rio Grande do Sul".

A morte dos brasilienses Grasiela, Fernanda e Jean, e dos doze estudantes da escola carioca confirma o estudo de Rangel e Josephine. O Brasil já tem leis para evitar que tragédias como essas se repitam. O que falta, para dar um basta, é apenas atitude.

ENTREVISTA • ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA

Tragédias anunciadas

Para o sociólogo Antônio Rangel Bandeira, coordenador do Projeto de Controle de Armas do Viva Rio, ataques como o do criminoso que matou doze estudantes a tiros, em Realengo, no Rio de Janeiro, já era de se esperar. "Estamos cada vez mais parecidos com os Estados Unidos na cultura de violência", diz ele, dando o exemplo dos filmes e videogames americanos que ensinam nossos jovens a resolver seus problemas com tiros, não com negociação. Autor do livro Armas de fogo – Proteção ou risco?, *nesta entrevista ele afirma que para evitar esse tipo de tragédia é preciso atacar o bullying e a facilidade com que qualquer um obtém armas. "O resto é paliativo", garante.*

O brasileiro estava acostumado a ver massacre de estudantes a tiros na ficção e nos noticiários sobre os Estados Unidos, como na matança de Columbine. De repente é sacudido pela morte dos doze alunos na escola de Realengo, no Rio. Foi uma tragédia anunciada?

Nos Estados Unidos, em apenas dez anos, foram assassinados 473 crianças e jovens em escolas e igrejas. Esse fenômeno ia acabar acontecendo aqui, porque estamos cada vez mais parecidos com os Estados Unidos, na cultura de violência. Os filmes e videogames americanos ensinam a resolver problemas com tiros, não com negociação. No Brasil nós temos uma boa lei, o Estatuto do Desarmamento, mas como ele não é aplicado, é muito fácil adquirir armas... Com a agravante que ainda temos muita corrupção afetando setores da polícia, que desviam e vendem armas para os bandidos.

Isso quer dizer que podemos ter novas matanças em escolas brasileiras?

Outro aspecto de semelhança que cresce é a intolerância, a discriminação de quem é diferente. Tudo indica que o Wellington (o assassino de Realengo) agiu por vingança, porque foi de tal forma discriminado, ridicularizado e humilhado quando estudou naquela escola, que acabou se vingando. Não foi à toa que matou principalmente meninas, que o humilhavam porque era manco. Nossas escolas não estão preparadas para constatar esse processo e tomar providências, a partir do trabalho dos professores e psicólogos. Boa parte dos massacres nos Estados Unidos foi perpetrada por jovens discriminados.

Muitas pessoas reagiram à tragédia de Realengo propondo providências como instalação de detector de metais e segurança armada nas escolas, para proteger as cri-

DEPOIMENTO

"Não há cura"

Fernando Diniz*

CARLOS ALVES

"O tiro no coração da Grasiela tirou a alegria de viver da minha sogra. Ela nunca mais sorriu, nunca mais o Natal foi o mesmo, um aniversário foi o mesmo. Essa ferida nunca será cicatrizada. A perda da irmã fez com que minha mulher não acreditasse mais no ser humano como imagem e semelhança de Deus. A felicidade experimentada depois da tragédia sempre será diferente. Crises de choro, depressão, busca pela justiça... Nos apegamos a questões jurídicas para colocar o assassino na cadeia até o Júri Popular que o condenou a 18 anos e meio. Esta saga durou cinco anos até o desfecho final. Com a progressão do regime prevista na lei, ele saiu da cadeia em três anos e meio. Hoje,voltou a ser preso, mas por outro crime.

Nada que eu fizesse para mudar aquele clima pesado que durou anos surtia efeito. Precisamos de ajuda profissional de psicólogos e espiritual. Acho que continuamos precisando.... Não há cura. O meu sogro, que na época do crime estava gravemente doente, faleceu. Me tornei o único homem da família. Fui catando os cacos, aqui e acolá, para montar a família desmoronada. Passados 10 anos, a dor está latente. Viveremos assim para sempre. O tempo se encarrega de tornar a dor mais tolerável. Porém, fatos semelhantes não devem ser esquecidos pela sociedade. A violência deve ser combatida para não prevalecer a impunidade. Preciso continuar crendo nos meus iguais, nos meus semelhantes."

*Fernando Diniz é engenheiro e cunhado de Grasiela, assassinada em 2001

anças. Com medidas como essas os pais de alunos podem dormir tranquilos?

Temos que atacar as causas principais, que são o *bullying* e a facilidade com que qualquer um obtém armas e munições na cidade. A escola tem que fazer um trabalho educacional com alunos e pais de alunos em favor da tolerância e de uma cultura de paz. Tem que mudar a mentalidade e dificultar a obtenção de armas. O resto é paliativo, como nos ensina a experiência internacional.

Outra reação ao massacre na escola carioca foi a proposta de realizar um novo referendo popular sobre a proibição de armas no país, defendida por alguns políticos. Por que organizações como o Viva Rio e a Rede Desarma Brasil, que lideraram a Campanha do Desarmamento em 2004 e 2005, agora são contra um novo referendo?

Somos contra novo referendo porque o outro foi feito há pouco tempo, em 2005. Infelizmente perdemos, mas como somos democratas, temos que acatar a decisão da maioria. Não dá para ser a favor de eleição apenas quando se ganha. A segunda razão é porque desvia o foco. Um novo referendo proporia mudar a lei, só que no geral a lei é muito boa. O problema é que ela não é cumprida. Trata-se de fazer um movimento para que os comerciantes de armas e as autoridades a quem cabe fiscalizar a produção, transporte, comércio e uso de armas cumpram a lei. Mas os interesses envolvidos nesse negócio milionário inibem ou acabam por ganhar a cumplicidade de muitos policiais, e a lei não é cumprida. Qualquer um, hoje em dia, compra arma em loja, que tem até despachante, que vende certidão de saúde mental e de competência no uso de armas, exigidos pela nova lei. Uma vergonha. No que foi cumprido, o Estatuto já melhorou a situação. As campanhas de desarmamento voluntário e a proibição de se andar armado na rua já reduziram em 18% os homicídios por arma de fogo no Brasil. Temos que cumprir o resto da lei e fiscalizar as armas e munições.

Os defensores do direito ao porte de armas para os civis alegam que é preciso tirar as armas das mãos dos bandidos, e não dos cidadãos de bem que compram a arma para sua própria segurança, como propõe a campanha de desarmamento. Desarmar pessoas que compram armas legalmente ajuda a evitar tragédias?

Ajuda, por várias razões. Os homens de bem compram armas para se defender, mas, agindo com surpresa, quase sempre o assaltante rouba a residência e a arma do cidadão. Só em 2003 foram roubadas 40 mil armas dentro de residências. Arma é bom para atacar, não para se defender. A defesa contra um ataque de surpresa só funciona no cinema. Ter uma arma em casa aumenta em pelo menos quatro vezes os riscos de acidentes com crianças, suicídios e crimes passionais. Ou seja: arma não aumenta a segurança da casa, pelo contrário, aumenta os riscos. Quem tem arma tem um problema. Ela dá só uma ilusão de segurança. A Campanha de Desarmamento Voluntário é para convencer essas pessoas de bem a entregar a arma, para que não seja roubada e para que sua família, assim, tenha mais segurança. Mas quem tem que desarmar os bandidos é a polícia. São políticas diferentes.

Estatuto do Desarmamento: o que mudou (ou deveria mudar)

Aprovado em outubro de 2004, o Estatuto do Desarmamento entrou em vigor dois meses depois, com normas de controle criadas para proteger a vida e a integridade física da população.

A lei regula a circulação de armas, acessórios e munições, e cria meios para aumentar a fiscalização sobre a produção, venda e exportação. Veja as mudanças mais importantes:

- Criação do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), órgão da Polícia Federal, com a atribuição de controlar as armas de fogo de uso permitido – as de cano curto e de pequeno calibre, e espingardas destinadas à caça de subsistência.
- Para legalizar a posse da arma, o proprietário tem que registrá-la no Sinarm.
- Só estão fora desse controle as armas de uso exclusivo das Forças Armadas, Polícia Federal, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, que são registradas no Comando do Exército.
- O registro no Sinarm permite ao proprietário a posse da arma em sua residência, mas não autoriza o porte. Isso significa que o dono da arma não pode circular com ela na rua.
- Para adquirir uma arma é preciso comprovar a real necessidade, equilíbrio emocional, destreza e aptidão psicológica para manuseio, a cada três anos.
- Também é preciso comprovar idoneidade, ocupação lícita e residência fixa. A idade mínima passou de 21 para 25 anos. A autorização passou a ser federal e só pode ser concedida com permissão expressa do Sinarm.
- Policiais militares e civis só podem adquirir uma arma (antes eram seis).
- A Lei condena posse ilegal e omissão de cautela, para punir donos de armas que ficam ao alcance de menor de idade ou portador de doença mental.
- O porte ilegal de arma virou crime inafiançável, sujeito a pena de dois a quatro anos de reclusão.
- A Lei proíbe a fabricação, venda, comercialização e importação de brinquedos, réplicas ou simulacros de armas de fogo.

Direitos iguais

Enquanto o Congresso adia as decisões sobre o tema, STF supre lacunas na legislação e reconhece a união homoafetiva, beneficiando milhares de famílias

Fabíola Góis

O dia 5 de maio de 2011 entrará para a história da luta em defesa das liberdades individuais, especialmente aquelas relativas à opção sexual. Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram a união estável de casais do mesmo sexo, também chamada homoafetiva. A decisão abre caminho para que os mais de 60 mil casais homoafetivos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tenham os mesmos direitos de uma união estável heterossexual.

As relações homoafetivas são uma realidade no Brasil e no mundo. A Dinamarca foi o primeiro país a reconhecer a união de homossexuais, em 1989. A Constituição da África do Sul, de 1996, foi a primeira a proibir a discriminação em razão da orientação sexual. A Holanda foi o primeiro país a autorizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em 2001. Na América Latina a pioneira foi a Argentina, no ano passado.

Os magistrados brasileiros julgaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, propostas, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da República e pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. A decisão do STF tem efeito vinculante, ou seja, terá que

FOTOS: EDSON SANTOS/CÂMARA E ANTONIO CRUZ/ABR (MONTAGEM)

Agora é lei

Direitos assegurados aos casais homossexuais com a jurisprudência firmada pela decisão do STF:

- Fazer contrato civil de união estável
- Incluir o companheiro como dependente do plano de saúde
- Requerer pensão alimentícia
- Usufruir de benefícios previdenciários
- Dividir bens constituídos ao longo da união
- Ter direito a herança, dentro das regras existentes
- Usufruir dos bens no caso de um dos companheiros falecer
- Candidatar-se à adoção
- Fazer declaração conjunta do Imposto de Renda
- Desfrutar de visitas íntimas em presídios

Homenagem colorida: marcha contra a homofobia, em 18 de maio, terminou com um abraço coletivo ao prédio do Supremo, em agradecimento à decisão

ser acatada pelos tribunais. Alguns já vêm concedendo decisões a favor dos casais homossexuais isoladamente. A decisão, mesmo que ainda não institua o casamento civil, serviu de motivação para que centenas de casais do mesmo sexo se animassem a oficializar a união de alguma forma.

A luta pelo reconhecimento da união homossexual começou em 1995, quando a então deputada federal Marta Suplicy, hoje senadora pelo PT-SP, enviou um projeto de lei ao Congresso Nacional para regulamentar a união de pessoas do mesmo sexo. O projeto sofreu críticas por parte da bancada conservadora, alegando que a união não era constitucional.

Desde então, centenas de entidades que defendem direitos humanos passaram a se debruçar sobre o tema. Entre elas a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), criada em 1995, que reúne 237 organizações. "Essa decisão do STF garante igualdade de direitos, tornando a sociedade mais justa e inclusiva. Mas não tenho dúvida que vai demorar para alguns setores da sociedade se conformarem com ela", avalia Toni Reis.

A decisão do Supremo supre uma lacuna na legislação, enquanto o Congresso Nacional adia as decisões sobre o tema. O militante considera que ainda há muito a fazer para diminuir o preconceito e os atos discriminatórios contra quem não se enquadra no padrão de uma sociedade heterosse-

xual. "O Brasil tem uma tradição machista muito forte, que prejudica não somente as pessoas homossexuais, como também as mulheres. Por isso, pode ser considerado um país atrasado, mas a decisão do STF colocou a Justiça brasileira entre as mais avançadas do mundo", declara Toni Reis.

Os defensores da união homoafetiva defendem investimentos em educação como forma de respeito à diversidade humana e à diversidade sexual. É o que pensa Renata Barcelos, 30 anos, que vive há quatro anos com a companheira Fran Andrade, 23 anos. As duas são proprietárias de um salão de beleza na Asa Norte e aguardavam a decisão do STF para ampliar seus direitos.

Elas já têm um contrato de união estável que estabelece uma divisão de bens, mas querem fazer um só plano de saúde para a família e precisavam desse aval do STF. As duas criam o filho biológico de Fran, de cinco anos, e sabem que terão abatimento se fizerem a contratação em conjunto. Renata acredita que seja mais fácil também fazer a declaração do Imposto de Renda em conjunto.

Mas Renata acredita que o preconceito pode até mesmo aumentar depois da decisão do Supremo, uma vez que os que são contra a união estável homoafetiva vão se tornar ainda mais radicais. "A decisão nos deixou em evidência. Só mesmo com investimento em educação o preconceito poderá ser minimizado. Essa é uma questão cultural", aponta Renata.

Essa é a mesma opinião do engenheiro Fernando (nome fictício), 39 anos, que é casado há dez anos com Flávio (nome fictício), 29 anos. Fernando considera o reconhecimento da união estável homoafetiva como um grande avanço nas discussões sobre os direitos dos homossexuais, mas não acredita que ela vá diminuir o preconceito. "A lei não muda conceitos", avalia. Fernando conta que já sofreu pre-

ARTHUR MONTEIRO

conceito ao viajar para um resort na Bahia, onde só aceitavam como casais hóspedes heterossexuais.

O engenheiro também tem um documento que comprova a união estável com Flávio, mas não o considerava suficiente. "Se um de nós morrer, nossa famílias poderiam até entrar na Justiça para reivindicar nossos bens. A legalização da união estável homoafetiva é uma garantia de que isso não vai acontecer", afirma. Fernando espera agora que o Congresso Nacional reconheça o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. "O meu estado civil é de solteiro, mas na prática sou casado", reclama.

Fran e Renata: aval do STF permitirá um só plano de saúde e declaração de IR em conjunto

Decisão inédita e unânime

O relator das duas ações no STF foi Ayres Britto, que votou pela interpretação conforme a Constituição: excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da homoafetiva como uma entidade familiar. Ele argumentou que o artigo 3º, inciso IV, da CF veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça e cor, e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua preferência sexual. "O sexo das pessoas (...) não se presta para desigualação jurídica", observou em seu relatório, seguido pelos outros ministros – a votação foi unânime.

A ADI 4277 buscou o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. A segunda ação (ADPF 132, do governo do Rio de Janeiro) alegou que o não reconhecimento contraria preceitos fundamentais como igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, e pediu que o STF aplicasse o regime jurídico das uniões estáveis às uniões homoafetivas de funcionários públicos civis do estado.

O Supremo já dava sinais de reconhecer essas uniões quando, há dois anos, permitiu aos seus servidores incluir os parceiros como dependentes no plano de saúde do tribunal. A assessoria do órgão não informou quantos casais são beneficiados com a medida, alegando que a informação é sigilosa.

Em 19 de maio deste ano, duas semanas após a histórica decisão do STF, o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) reconheceu a união homoafetiva para efeito de inclusão de dependentes em benefícios. Mas, apesar de aprovada, a decisão ainda não está em vigor. É preciso que uma nova regulamentação seja elaborada, e ainda não há data prevista.

A decisão do STF ainda não equivale a um casamento, apenas uma equiparação de direitos. Não dá aos companheiros as mesmas garantias que os casados, como a permissão para adotar o sobrenome do companheiro. Mesmo assim, faz uma grande diferença. Antes, a união homoafetiva configurava apenas sociedade de fato. Isso significava que casos de separação não eram julgados em varas de família, mas em varas cíveis, para tratar da divisão de bens. A união era tratada como um acordo comercial.

ARQUIVO PESSOAL

Regina Beatriz: "União homoafetiva é uma entidade familiar"

Para a advogada Regina Beatriz Tavares da Silva, doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP), a mudança é grande, principalmente porque antes a dissolução do relacionamento ou a morte de um dos parceiros trazia dificuldade na partilha de bens. "Os direitos de herança eram muitos discutíveis. Com esse acórdão há o reconhecimento de que a união homoafetiva é uma entidade familiar. A ela se aplicam as mesmas regras da união entre homem e mulher", afirma.

Segundo a advogada, antes, para que houvesse o reconhecimento da partilha, havia um posicionamento majoritário nos tribunais: era necessária a prova de uma sociedade, como se as pessoas vivessem uma relação de natureza estritamente civil, e não familiar, para que o companheiro recebesse direitos patrimoniais. "Agora aplica-se à união homoafetiva o mesmo regime de comunhão parcial de bens de uma união estável heterossexual", explica Regina Beatriz.

Iniciativas pioneiras

Mesmo antes do STF, alguns tribunais já firmaram jurisprudência ao conceder a casais homossexuais direitos em relação à herança (metade do patrimônio construído em comum pode ficar para o parceiro); plano de saúde (inclusão do parceiro como dependente); pensão em caso de morte (recebimento de pensão se o parceiro for segurado do INSS); guarda de filho (concessão em caso de um dos parceiros ser mãe ou pai biológico da criança) e emprego (a opção sexual não pode ser motivo para demissão).

No Rio Grande do Sul, os cartórios trabalham desde 2004 com uma norma que possibilitou aos casais homossexuais com algum tipo de união estável fazer um registro. Assim, processos que envolvem relações homossexuais são julgados pela Vara de Família. E o Rio de Janeiro foi o primeiro estado a conceder pensão a parceiros e parceiras de homossexuais, em 2007.

O governo federal tenta vencer o preconceito. Em 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa Brasil sem Homofobia, com o objetivo de combater a violência e a discriminação contra homossexuais. O programa apoia projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia, além de capacitar profissionais e ativistas que atuam na defesa dessas pessoas. Em 2004, o Brasil apresentou nas Nações Unidas uma resolução que classifica o homossexualismo como direito humano inalienável. O próprio Lula abriu, em 2008, a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em Brasília.

A 2ª Conferência Nacional LGBT do Brasil será realizada em Brasília, de 15 a 18 de dezembro de 2011, e foi convocada oficialmente pela presidenta Dilma Rousseff em 18 de maio deste ano. O evento será precedido por conferências municipais e estaduais que contribuem para a avaliação e formulação de políticas municipais, estaduais e federais e também elegem os mais de mil delegados que participarão da Conferência Nacional.

No entanto, o preconceito na sociedade ainda é forte e fez com que a própria Dilma recuasse nas medidas para vencê-lo. A intenção era distribuir vídeos contra a homofobia para todas as escolas públicas, mas a reação dos setores conservadores foi grande. Entidades que defendem os direitos dos homossexuais reagiram com "perplexidade", "consternação" e "indignação" à decisão do governo de suspender os vídeos.

Em nota, a ABGLT diz que a ação macula a imagem internacional do país sobre direitos humanos e fere o Estado laico. O texto também critica a ascendência da bancada religiosa sobre o governo. "Um princípio básico do Estado republicano está sendo ameaçado pela chantagem praticada hoje contra o governo federal pela bancada religiosa fundamentalista e seus apoiadores no Congresso Nacional", diz o texto.

ANTONIO CRUZ/ABR

Protesto contra o preconceito: realidade de opressão e exclusão social

"Milhões de brasileiros sem direitos"

Mais de 5 mil pessoas participaram da 2º Marcha Nacional Contra a Homofobia na Esplanada dos Ministérios, no dia 18 de maio. Os manifestantes pediam a aprovação do PL 122, que criminaliza a homofobia, e chamaram a atenção das autoridades e da opinião pública para a realidade de opressão, discriminação e exclusão social vivida pelos homossexuais.

"Esperamos que o Congresso aprove essa lei que o STF já aprovou. Vamos colorir o Congresso e trazer mais paz e amor para essa classe social" disse o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). Segundo o coordenador da marcha, Evaldo Amorim, presidente do Grupo Elos LGBT, os homossexuais querem cidadania plena, reconhecimento social e respeito: "Somos milhões de brasileiros sem direitos garantidos", afirmou.

A concentração começou de manhã em frente à Cadetral. Depois de um ato no gramado em frente ao Congresso, os participantes deram um abraço coletivo na sede do Supremo Tribunal Federal, para agradecer o reconhecimento da união estável homossexual. O evento foi organizado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Fonte: Agência Brasil

Congresso não bate o martelo

No Congresso, as mobilizações ganharam corpo: só na Câmara há atualmente oito projetos em tramitação que tratam de direitos da união homoafetiva. O deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o assunto. A PEC conta com mais de 70 assinaturas. Para começar a tramitar, é preciso 171.

Mas a resistência também é grande. O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), conhecido por sua posição radicalmente contrária aos direitos dos homossexuais, disse que a proposta não tem chance de tramitar no Congresso. Ele criticou a decisão do STF e disse que "ninguém tem orgulho de ter um filho gay".

O cientista político David Fleischer, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), chama de "judicialização da política" o fato do Judiciário ter que interpretar a lei e tomar decisões para responder as demandas do mundo social e político. "A causa está na omissão do Poder Legislativo", aponta.

Para Fleischer, quando o Legislativo não faz o seu trabalho, que é propor leis de acordo com os anseios do povo, o Judiciário acaba tendo que cumprir esse papel. "Foi assim também com projeto da Ficha Limpa. O Congresso não decidiu e o Supremo teve que bater o martelo", afirmou.

O professor considera surpreendente a decisão do STF de reconhecer a união estável homoafetiva, principalmente porque ela foi unânime. "O assunto é muito polêmico. Ainda haverá resistências, principalmente entre religiosos", comentou.

CARLOS ALVES

David Fleischer: "Omissão do Poder Legislativo"

Mudança aprovada

A histórica decisão dos ministros do Supremo, que no começo de maio aprovaram unanimemente o reconhecimento da união estável homoafetiva, repercutiu de diferentes formas na sociedade: foi festejada pelo movimento GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgênicos) e criticada por grupos conservadores. A revista do Sindjus foi a campo saber o que o servidor do Judiciário e do Ministério Público pensa sobre o assunto, e a enquete revelou um resultado próximo à unanimidade da Suprema Corte: a maioria dos entrevistados considerou positiva a decisão, que permite importantes mudanças legais na vida de casais do mesmo sexo.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

Devemos respeitar o livre-arbítrio das pessoas. Todos têm o direito de se unir a quem quiser, de ser feliz, e nós devemos respeitar. A decisão não vai diminuir o preconceito. A lei inibe, mas não deixa de haver preconceito. Não é assim que isso vai acabar na sociedade. Isso tudo é muito novo. Com o tempo vão respeitar o direito das outras pessoas de serem como quiserem.

Luísa Alencar, STF

Eu não tenho nada contra. Todo mundo tem a sua opção, todo mundo é livre para escolher. Vivemos em uma democracia. A escolha é de cada um. Todos devem ter os mesmos direitos. Com essa decisão do Supremo, as pessoas vão poder se familiarizar mais com essa ideia, discutir mais e aceitar melhor.

Romeu de Vasconcelos Fonseca, PGR

Acho a decisão importante, eles têm que ter direitos iguais. Todos nós temos o direito de ser feliz. Não adianta ficar nessa briga pelo direito à união estável homoafetiva. Eu apóio a decisão sim. Ainda há preconceito, mas eu acho que eles agora começam a sair do armário e se assumir. Cada um tem a sua escolha. Não é por isso que você é menos inteligente ou menor que os outros.

Taísa Oliveira Peres, STJ

A decisão é precipitada, mas em razão do déficit de representatividade do parlamento, o STF acaba sendo conduzido a ocupar o papel que deveria ser do Congresso. Mas eu acho que é uma questão parlamentar, e não judiciária. O STF tem um limite, que é a Constituição, e não pode se colocar na posição do parlamento. Sou contra, nos termos do que foi conferido.

Wesley Miranda, STF

A decisão não é só necessária para o Estado Democrático de Direito: é mais do que justa. Não tem como, na sociedade contemporânea onde vivemos, uma decisão dessas ser de outra maneira. Mas não sei se a maioria da sociedade esperava por isso. O preconceito é velado, mas ainda existe. A tendência dessa decisão é minimizar o preconceito.

Vinícius Costa Batista, STF

Sou favorável à decisão de reconhecer a união estável. Os casais gays têm direitos como qualquer pessoa, independente do sexo. Pelo menos em termos de bens financeiros, eles podem compartilhar a vida normalmente. Em caso de morte, não vão mais precisar travar uma batalha judicial depois. Eu acho que seria injusto se não fosse assim.

Alisson de Castro, STF

A decisão é certa. Sou totalmente a favor. Todo mundo tem o direito de ter o seu parceiro, não importa o sexo. Acho que foi importante esse reconhecimento. Agora ficou claro para todo mundo que eles podem ter união estável. O preconceito ainda é grande, mas essa decisão pode diminuí-lo.

Célia Lopes Silveira, STJ

Sou a favor, cada um deve ser livre para fazer o que quiser da vida. Embora não seja a minha opção, eu respeito a opção das outras pessoas. Eles devem ter direito a dividir tudo, direito a plano de saúde, pensão. Se duas pessoas vivem juntas, como casal, não vejo nada de errado. Essa decisão já é um começo para diminuir o preconceito.

Jader Nogueira, PGR

Não sou contra essa decisão do STF. É uma questão importante para o casal, e se eles lutaram tanto por isso, não sou eu que vou ser contra. Ainda há preconceito na sociedade. O reconhecimento não foi precipitado, até porque outros países também já reconhecem esses direitos. Eles devem ter direito a pensão e herança sim.

Vanilda Gomes, STJ

Eu sou a favor, mas eles vão ter problemas como os casais heterosexuais hoje em dia, em relação a divórcio, guarda dos filhos... Vai ser a mesma dinâmica, mas eles têm os mesmos direitos sim. Quanto ao preconceito, não sei se vai mudar muito. Talvez até piore, principalmente para aqueles que são mais religiosos, que podem não concordar.

Eduardo Coelho, PGR

Acho que a decisão do Supremo é justa e acho também que ela demorou muito. Vivemos em um estado laico e, independentemente da opção sexual de cada um, somos cidadãos e devemos ter os mesmos direitos. É importante ter direito a herança e a plano de saúde. E é um passo para diminuir o preconceito da sociedade.

Auger Carriconde, STJ

O STF reconheceu uma situação que já vem acontecendo há muito tempo e que vai facilitar a vida dessas pessoas. Elas têm direitos iguais, porque já vivem em união estável. O Judiciário reconheceu para evitar os vários processos que poderiam surgir. Mas eu não acho que o preconceito na sociedade vá mudar.

Daniela Borges dos Santos, MPDFT

A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.

Manoel de Barros

Contos e cantos

Do alto dos seus 95 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Thais Assunção

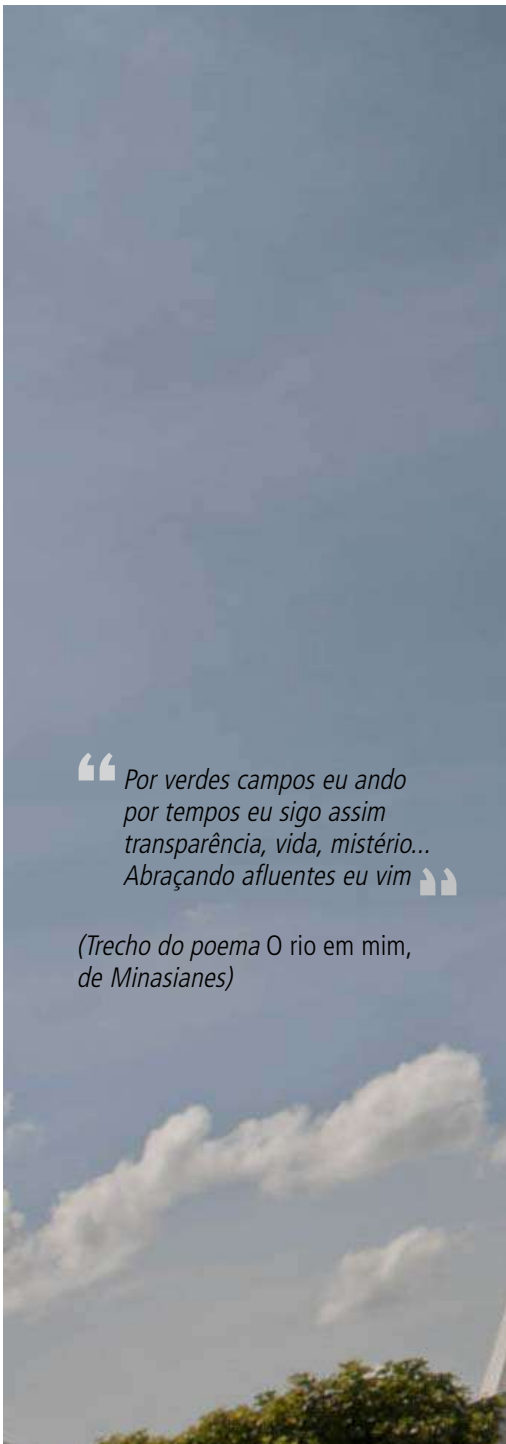
Aos dez anos de idade, quando se apaixonou pela música, a servidora do TJDFT Minasianes Divina Pires começou a fazer apresentações na casa dos vizinhos, em Goiás. O repertório era composto por músicas regionais e sertanejas, como Tião Carreiro e Almir Sater, entre outros.

A influência do pai foi decisiva nas escolhas feitas nesse início de carreira. O "palco" era dividido com o irmão mais novo, Austenes. Os vizinhos adoravam ver aquelas duas crianças cantando músicas que os remetiam aos tempos de juventude ou de infância. "Era uma grande alegria para mim e para o meu irmão. Adorávamos cantar e ver os vizinhos felizes com as nossas apresentações", recorda Minasianes.

Mas a mudança para Brasília adiou os planos de se tornar cantora profissional. Como a profissão é arriscada e não oferece segurança financeira, Minasianes decidiu se dedicar aos estudos – mais especificamente aos concursos: "Cheguei a Brasília com quinze anos de idade e sempre estudei muito. Queria ter um emprego seguro para poder me dedicar à música."

Mas, em 1998, aprovada no concurso do TJDFT, Minasianes voltou a se concentrar na carreira musical. Seu repertório estava mais amplo e incluía MPB, pop e rock. A servidora escutava principalmente Marisa Monte, Elis Regina e Legião Urbana. "É difícil definir o meu repertório, porque gosto de músicas variadas. Depois que vim para Brasília, conheci muita coisa fora do estilo sertanejo e me apaixonei", conta.

Além de voltar a cultivar o lado musical, Minasianes decidiu estudar para tornar mais profissionais os seus shows. "Estudei teatro no Dulcina, teoria musical no Instituto Claude Debussy e desde 2005 até hoje sou aluna de canto popular na Academia Espaço Sonoro. Também te-



"*Por verdes campos eu ando*
por tempos eu sigo assim
transparência, vida, mistério...
Abraçando afluentes eu vim"

(Trecho do poema O rio em mim, *de Minasianes)*

ARTHUR MONTEIRO

nho uma fonoaudióloga que cuida da minha voz", relata ela.

O primeiro show dessa nova fase foi em outubro de 2009: *Mina Ziane – Conto e Poesia*, no Sesc da 504 sul. O segundo, com o mesmo nome, foi em abril de 2010, no Teatro do Guará. No último mês de maio ela apresentou *Mina Ziane – MPB e pop*, no Casa Park. "Meu nome é diferente, mas sempre gostei muito dele. Só que é difícil de ser compreendido, então criei esse nome artístico", explica.

A cantora conta também que o "chamamento do Sindjus" despertou um outro dom artístico, que logo se entrelaçaria à música. Foi em 2004, no concurso Raquel de Queiroz, promovido pelo sindicato. "Eu me senti influenciada, como se aquilo fosse um pedido. O sindicato estava pedindo textos, então escrevi. Fiz uma crônica que acabou premiada em primeiro lugar. Depois disso continuei a escrever e hoje tenho vários textos e letras de músicas, marchinhas e até um samba", recorda a servidora.

A escritora e a cantora estão ligadas por uma corrente que Minasianes não pretende romper: "Acho que a escrita e a música não se separam. Sempre apreciei aquelas canções com letras que falam de temas mais profundos. Desde cedo eu prestava muita atenção às letras das músicas. Agora, escrevendo, posso fazer essa junção com temas aprofundados, e isso se uniu ao estilo de música que gosto", observa.

Minasianes, servidora do TJDFT e cantora: "chamamento do Sindjus" despertou a vontade de escrever

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

Mãos dadas • **Carlos Drummond de Andrade**

Sindjus

ARTHUR MONTEIRO

JUSTIÇA

para os servidores do Judiciário e MPU

CARLOS HUMBERTO/STF

Aprovação dos PLs 6613 e 6697

JÁ!

Sindjus